

Rua José de Oliveira Borges, nº 40, Sala 15, Centro  
Bom Jesus do Itabapoana-RJ

CNPJ: 26.717.532/0001-38



120  
PÓRTICO  
ENGENHARIA & CONSULTORIA



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRUPI/ES, POR  
INTERMÉDIO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO  
PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL DE IRUPI/ES**

**Concorrência Pública para Registro de Preços nº 002/2022  
Processo Administrativo nº 000604/2022**

**Pórtico Engenharia & Consultoria**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.717.532/0001-38, estabelecida na Rua José de Oliveira Borges, 40, Centro, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, por intermédio de seu representante legal, *Sr. Raphael Costa Araújo*, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 112.154.807-50, RG nº 20.157.685-7, CREA RJ2010102867/D, residente Rua Nilton José Ribeiro, 110, Oecar Campos, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro no art. 41, §2º da Lei 8.666/93 c/c item 28 e ss. do presente edital da CP-RP nº 002/2022, interpor tempestivamente

## **IMPUGNAÇÃO**

em face do edital da Concorrência Pública para Registro de Preços nº 002/2022 (Processo Administrativo nº 000604/2022), publicado pelo **MUNICÍPIO DE IRUPI/ES**, por intermédio de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação, rogando,



desde já, seja o presente certame SUSPENSO, e caso mantenha o teor do edital mesmo diante das irregularidades e obscuridades, e não se convença das razões abaixo formuladas e, *"spont propria"*, não proceda com a reforma, que a presente impugnação seja dirigida à Autoridade que lhe for imediatamente superior, com manifestação escrita e oficial, com a devida análise e parecer jurídico da Procuradoria Municipal; tudo conforme as razões de fato e de direito abaixo aduzidas.

## **1. DOS FATOS**

Em apertada síntese, trata-se de procedimento licitatório instaurado pelo Município de Irupi/ES, na modalidade Concorrência Pública para Registro de Preços, tipo menor preço global, tendo como objeto a contratação a *"contratação de empresa especializada por demanda para elaboração de projetos executivos e complementares de engenharia, conforme especificações técnicas, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras e Serviços urbanos do Município de Irupi – ES"*, tudo conforme especificação no Termo de Referência do correlato edital e para atender as necessidades do Município.

Referida licitação tem sessão de abertura marcada para o dia 03 de fevereiro de 2023 às 13:00 horas.

Ocorre que alguns itens do edital e seus anexos contêm irregularidades e obscuridades que necessitam, URGENTEMENTE, de serem sanadas, e tais resoluções precisam ser de forma preliminar a realização do certame, sob pena de se frustrar o objetivo da Administração e, sobretudo, eivar todo o procedimento de ilegalidade insanável.

Deste modo, procedemos com a correlata Impugnação.

## **2. DOS FUNDAMENTOS**

### **2.1. Da Legalidade e Tempestividade da Impugnação**

Inicialmente, é imperioso salientar que a presente Impugnação é plenamente tempestiva e legal, visto que a sessão ocorrerá no dia 03 de fevereiro de 2023, assim o prazo de dois dias úteis anteriores a sessão para apresentação das razões de Impugnação se encerra apenas no dia 01 de fevereiro de 2023, não





obstante a forma de contagem de prazo e procedimento estipulada no art. 110 e art. 113, ambos da Lei 8.666/93.

*Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.*

*Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.*

*Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.*

*§1º. Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.*

*§2º. Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.*

Além disso, os licitantes têm direito de interpor impugnações aos editais, conforme determina cristalinamente o art. 41 da Lei 8.666/93 e item 28 do correlato edital.

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

*§1º. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.*

*§2º. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer*



até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

28.1. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital, por irregularidade comprovada, protocolizando o pedido de acordo com os prazos do art. 41 da Lei 8.666/93, no rol de entrada da Prefeitura Municipal de Irupé/ES, no endereço informado no rodapé do edital, cabendo à Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro horas). Demais informações poderão ser obtidas junto ao Pregoeiro nos endereços disponibilizados no presente edital;

28.2. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, quando já decorridos os respectivos prazos legais;

28.3. Acolhida à petição impugnando o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## **2.2. Do Regime de Execução**

Inicialmente, vejamos o que disciplinam os arts. 6º e 45, ambos da Lei 8.666/93:

*Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se:*

*I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;*

*II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;*

*VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:*

*a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;*

*b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;*

*Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de*





*maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.*

*§1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:*

*I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;*

*II - a de melhor técnica;*

*III - a de técnica e preço.*

*IV - a de maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.*

**Da leitura do edital em apreço não resta dúvida que esta Concorrência é do tipo “menor preço”, porém NÃO está identificado EXPLICITAMENTE NO EDITAL o tipo de REGIME, não há informações constantes nem no Termo de Referência – TR, pelos preços estimativos e em nenhuma outra parte do edital correlato, descumprindo determinação da lei.**

Há dois tipos de regime de execução indireta: 1. Empreitada por preço global e 2. Empreitada por preço unitário.

A empreitada por preço global é o regime de contratação de execução de obra ou serviço por preço certo e total, em que todos os itens da licitação (em qualidade e quantidade) são previstos com exatidão.

É por isso que a própria Lei nº 8.666/93, em seu artigo 47 exige que o edital de licitação apresente todos os elementos necessários para que os licitantes tenham conhecimento do objeto a ser contratado e possam formular sua proposta. O Tribunal de Contas da União, em acórdão paradigmático, deixou clara a importância da definição detalhada do projeto básico na empreitada por preço global:

*De acordo com a Lei 8.666/1993, utiliza-se a empreitada por preço global quando se contrata a execução da obra ou serviço por preço certo e total. **Esse regime é indicado quando os quantitativos dos serviços a serem executados puderem ser definidos com precisão. Por isso, pressupõe uma definição minuciosa de todos os componentes da obra/serviço, de modo que seus custos possam ser estimados com uma margem mínima de incerteza. [...]** Em outras palavras, deve haver projeto básico com alto grau de detalhamento, com o objetivo de minimizar os riscos a serem absorvidos pela contratada*



*durante a execução contratual, o que resulta, por conseguinte, em menores preços ofertados pelos licitantes.*

Nessa senda, para o total e completo conhecimento das condições de execução da obra/serviço, a Administração Pública deve apresentar antes da licitação o projeto básico, que tem como função demonstrar as principais características da obra/serviço, como o seu custo, quantitativo de serviços e materiais que serão empregados e prazo de execução.

**A empreitada por preço global, portanto, é um regime de execução de obra/serviço definido por um projeto básico preciso e minucioso, que especifica quantitativamente todos os serviços e materiais essenciais para a sua execução. Nele, são definidas as etapas completas, incluindo os respectivos serviços e a quantidade de materiais necessários.**

Já a **empreitada por preço unitário** é entendida como a contratação de obra/serviço por preço certo de unidades previamente determinadas. Nela, o edital de licitação determina quais são os serviços e materiais necessários para a execução da obra/serviço, estipulando o valor de sua unidade. **Esse regime se aplica aos casos em que não é possível à Administração antever e estimar com precisão quais as características do objeto a ser executado.** Aqui, o projeto é concebido em termos de unidades predeterminadas que compõem o todo. Intui-se que o objeto é visto como uma soma de várias parcelas ou frações que, juntas, formarão a unidade.

A empreitada por preço unitário é, pois, o conjunto de retalhos vistos, cada qual, de maneira individual na contratação, de maneira a formar a totalidade.

Conforme já decidiu o Tribunal de Contas da União: *"a empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas. É utilizada sempre que os quantitativos a serem executados não puderem ser definidos com grande precisão"*.

A empreitada por preço unitário é utilizada, portanto, para os casos em que o objeto contratado é de difícil previsão por parte da Administração Pública. Em tais casos, diante da indefinição do objeto do contrato e seus quantitativos, o licitante formula a sua proposta total com base na estimativa de unidades que utilizará para o cumprimento do contrato.





Como ressalta Hamilton Bonato, nos contratos de empreitada em regime de preços unitários prevalecerão as quantidades reais, devendo as quantidades serem glosadas ou acrescidas conforme tenham sido estimadas a maior ou a menor na planilha de serviços.

**No que se refere à proposta, portanto, o licitante calcula o valor de cada unidade, de modo que o pagamento ocorrerá pelo número de unidades efetivamente executadas.**

Além de servir como parâmetro para cálculo das propostas, o regime de execução adotado em cada obra/serviço repercute na metodologia a ser adotada para medição e pagamento da empresa contratada.

Na empreitada por preço global, o pagamento ocorre após a conclusão de cada etapa, em determinado período de tempo pré-estipulado conforme contrato. Colhe-se da doutrina específica sobre o tema:

*“Nas empreitadas por preço global medem-se as etapas de serviços de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra/serviço ou mediante o estabelecido no instrumento convocatório. Em exemplo prático, terminadas as fundações, paga-se o valor global das fundações; feita a estrutura, remunera-se o valor previsto para essa etapa; concluída determinada fase, com marco previamente estipulado, paga-se o montante correspondente; até chegar ao final da empreitada, que deverá corresponder ao valor total ofertado para o objeto como um todo, no ato da licitação”. (CAMPELO, Valmir; CAVALCANTE, Rafael Jardim. Obras públicas: comentários à jurisprudência do TCU. 3. ed. rev. e atual. Belo Horizonte)*

Logicamente que em tal procedimento está implícita a necessidade de um projeto básico preciso e bem fundamentado, sob pena de sub ou sobre avaliar os encargos realmente necessários para a finalização da obra/serviço.

Este também é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

*“Na empreitada por preço global, a remuneração da contratada é feita após a execução de cada etapa, previamente definida no cronograma físico-financeiro. Caso utilizada uma empreitada por preço global nesses tipos de objetos, as medições serão realizadas por etapas; e não por quantitativos medidos. Confirma-se, portanto, que a empreitada por preço global é caracterizada por um projeto básico minucioso e preciso, que especifica quantidades de*



*materiais e serviços a serem executados. Com o cumprimento de uma fase/etapa ou de um determinado período de tempo, o ente contratante averigua se o andamento da obra/serviço se coaduna com o estipulado contratualmente. Em caso positivo, realiza o pagamento. A fiscalização efetuada pelo ente público contratante não tem como foco a medição dos serviços efetuados, mas sim o alcance das metas e cumprimento das etapas previstas em cronograma, de acordo com critérios de qualidade previstos no contrato”.*

De outro lado, **na empreitada por preço unitário, tendo em vista a ausência de um projeto básico minucioso, o ente contratante remunerará o contratado pelo quantitativo de materiais/serviços efetivamente utilizados.** Não por outro motivo, a doutrina anota que *“na empreitada por preço unitário, a regra de medição é a aferição dos serviços na exata dimensão em que foram executados”* (ALTOUNIAN, Cláudio Sarian. Obras públicas: licitação, contratação, fiscalização e utilização).

Desse modo, a medição quantitativa daquilo que se está executando é condição para o pagamento do contratado. Ressalte-se que a medição deverá ser minuciosa, analisando quantitativamente todos os itens empregados na execução do contrato, pagando-se o valor correspondente na planilha de preços multiplicado pela quantidade executada na obra/serviço.

Esse é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

*“A remuneração da contratada, nesse regime, é feita em função das unidades de serviço efetivamente executadas, com os preços previamente definidos na planilha orçamentária. Assim, o acompanhamento do empreendimento torna-se mais detalhado, já que se faz necessária a fiscalização sistemática dos serviços executados. Nesse caso, o contratado se obriga a executar cada unidade de serviço previamente definido por um determinado preço acordado. O construtor contrata apenas o preço unitário de cada serviço, recebendo pelas quantidades efetivamente executadas”.*

Como o preço ofertado pelo licitante não é global, sua remuneração será definida apenas após a aferição dos quantitativos efetivamente empregados na execução do contrato. Na empreitada por preço unitário, como são cotados valores





correspondentes a cada unidade, a remuneração do contratado será variável conforme a quantidade de determinadas unidades for empregada na obra/serviço.

De todo modo, preservar esta equação neste regime é tarefa menos árdua, uma vez que, como serão medidos e pagos os quantitativos efetivamente empregados, o contratado será remunerado pelo que executar.

**No presente caso, NÃO HÁ DEFINIÇÃO NO EDITAL DO REGIME ADOTADO, o que de forma preliminar já é ATO ILEGAL, temos pois que o presente edital afastou-se do que dispõe a lei.**

**Da avaliação minuciosa do edital e de todos os seus anexos, SOMENTE na MINUTA DO CONTRATO é que identificamos na cláusula segunda a indicação do regime, e conforme lá está disposto, este seria o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

O edital faz menção no próprio objeto de que a contratação da empresa especializada será realizada por DEMANDA, para elaboração de projetos executivos e complementares de engenharia, conforme especificações técnicas. Apesar de não ter sido apresentado cronograma físico-financeiro, afirma, ainda, o edital que *"o valor estimado do referido processo licitatório é de R\$ 2.561.758,30 (dois milhões, quinhentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos), em conformidade com o cronograma físico financeiro da obra a ser executada"*.

Se NÃO há precisão do objeto por meio de um projeto básico minucioso (como é o presente caso), o regime é o de empreitada por preço unitário, mas há necessidade, obrigatoriamente, de se ter elencado pela Administração uma estimativa de serviços e suas correspondentes quantidades (estimadas), PARA CADA ITEM/SERVIÇO DESCRITO A ENSEJAR E NORTEAR A FUTURA CONTRATAÇÃO, o que foi cumprindo, mesmo SÓ havendo um local a identificar o regime e este ser incompatível com todas as demais informações do edital.

A lógica, nesse caso, se aproxima daquela do Registro de Preços, em que o edital traz a descrição de vários itens/objetos, com quantitativos estimados, e de acordo com a necessidade e disponibilidade financeira do ente, serão demandados parceladamente uma quantidade de um item em específico, com valor já pré-definido. E no ato do pagamento só será devido aquele serviço/objeto efetivamente executado.



Ressaltamos que a presente licitação, inclusive, tem o condão de realizar REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do preâmbulo.

O presente edital elenca na Planilha Referencial de Preços os serviços que serão desenvolvidos e estima quantidades, o que diverge do regime escolhido.

Ademais, o presente caso não se amolda à possibilidade do Gestor Público utilizar-se do princípio da discricionariedade. Hely Lopes Meirelles ensina que o significado de discricionário não deve ser confundido com o de arbitrário, sendo estes, se examinados sob o ponto de vista do Direito, conceitos totalmente diversos.

*Discricionariedade é liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei; arbitrio é ação contrária ou excedente da lei". Enquanto o primeiro é "legal e válido", o segundo é "ilegítimo e inválido".*

No direito administrativo, atualmente, o conceito de discricionariedade, não se confunde com a total liberdade de escolha, por parte da autoridade, pois vem sendo esboçada uma liberdade limitada e submetida à legislação. Odete Medauar assim afirma:

*O poder discricionário sujeita-se não só às normas específicas para cada situação, mas a uma rede de princípios que asseguram a congruência da decisão ao fim de interesse geral e impedem seu uso abusivo.*

As leis concedem ao administrador público o poder discricionário, pois quando diante de um caso concreto, sem um dispositivo legal correspondente, tem o poder de tomar a atitude que avaliar mais apropriada, para que não fique limitado a agir somente nos momentos revestidos de previsão legal.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro explica a diferença existente entre as situações para as quais existe um dispositivo legal correspondente, chamadas de atos vinculados e os atos discricionários:

*Pode-se, pois, dizer que a atuação da Administração Pública no exercício da função administrativa é vinculada quando a lei estabelece uma única solução possível diante de uma determinada situação de fato; ela fixa todos os requisitos cuja existência a Administração deve apenas constatar, sem qualquer margem de apreciação subjetiva. [...] Na atuação discricionária, a Administração, diante de determinado caso*





*concreto, tem mais de uma alternativa a sua escolha, qualquer delas inserindo-se dentro dos limites da legalidade.*

Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua discricionariedade da seguinte forma:

*Discricionariedade, portanto, é a margem de liberdade que remanesça ao administrador para eleger, segundo critérios consistentes de razoabilidade, um, dentre pelo menos dois comportamentos cabíveis, perante cada caso concreto, a fim de cumprir o dever de adotar a solução mais adequada à satisfação da finalidade legal, quando, por força da fluidez das expressões da lei ou da liberdade conferida no mandamento, dela não se possa extrair objetivamente, uma solução unívoca para a situação vertente.*

O interesse público deve se impor ao exercício da discricionariedade administrativa que o administrador possui, caracterizada como a "liberdade de escolha", devendo condiciona-se à obediência às normas, princípios fundamentais e atendimento às regras da boa gestão.

A Administração Pública poderia, dentre as possibilidades legais, escolher entre os regimes de execução disponíveis. Ao fazer a escolha por um deles se vê obrigado a cumprir com exigências legais impostas diante de sua escolha.

**O Município de Irupí, por intermédio de sua CPL Oficial, exerceu sua discricionariedade, porém não definiu EXPLICITAMENTE o regime desta licitação. O suposto regime escolhido (empreitada por preço global) NÃO conversa com o objeto desta licitação. E ainda que tivesse optado pelo outro regime seria preciso, DO MESMO MODO, alterar e incluir informações no edital, visto que não há projeto básico minucioso e nem cronograma físico-financeiro.**

Asseveramos, por oportuno, que os Tribunais de Contas já manifestaram que o regime de execução correto para os casos de contratação de serviços especializados sem precisão exata é o empreitada por preço unitário, e os pagamentos serão efetuados mediante a medição dos serviços elencados e precificados que foram efetivamente executados dentro de um período (em sua maioria, mensal).

A Planilha Referencial de Preços deste edital elenca diversos serviços, serviços estes que serão executados pela futura empresa contratada, mas não há



previsão de quantitativo exato e de periodicidade, e por conta desta impossibilidade real da Administração de conseguir precisar exatamente o objeto é que a legislação impõe a utilização do regime de execução de empreitada por preço unitário, e que fique claro que a escolha por esse regime não implica, necessariamente, que empresas distintas possam executar o mesmo objeto contratual, bastando, apenas, que a Administração mantenha o mesmo tipo de licitação (menor preço global).

*Na formação de preços deverá estar previsto o valor unitário para cada uma das peças, além do valor da mão de obra. Nesse regime, cada mês haverá o pagamento de um valor distinto, de acordo com os serviços efetivamente realizados, com base nos preços unitários pactuados entre as partes.*

Assim, esperamos e confiamos na **RETIFICAÇÃO** do correlato edital para que este se torne plenamente legal, sem restrições injustificáveis, de ampla competitividade e plenamente claro, de modo que as empresas licitantes possam formular suas propostas nos exatos termos que pretende a Administração frente a objetiva forma de execução contratual.

### 2.3. Da Ausência do BDI

O BDI consiste em um elemento orçamentário que compõe o orçamento de uma obra ou de um serviço de engenharia. Esse elemento é formado pelos custos indiretos, ou seja, àqueles não relacionados a materiais, mão de obra e etc.

Ou seja, quando da formulação de uma proposta é necessário que esse valor englobe os custos diretos e os custos indiretos, que englobam também o lucro, isso para que essa proposta seja válida, exequível e efetiva.

Sendo assim, o BDI é um percentual que incide sobre o valor global da proposta. A composição exata do BDI pode variar, especialmente em relação ao regime tributário da empresa. Mas os elementos que fazem parte do cálculo da porcentagem de BDI são: 1. Administração Central (AC) – São as despesas de gastos administrativos da empresa, como aluguel, funcionários administrativos, serviços de telefonia, água e luz e etc; 2. Seguros (S) – É uma porcentagem sobre o total da obra que deve ser reservado como seguro; 3. Garantias (G) – É o valor





correspondente à taxa de caução, seguro garantia, fiança bancária ou títulos da dívida pública; 4. Margem de Incerteza (MI) ou Taxa de Risco (TR) – São os custos com imprevistos que não estão cobertos por seguros; 5. Tributos Municipais (TM) – É a porcentagem correspondente aos tributos municipais; 6. Tributos Estaduais (TE) – É a porcentagem que compreende os tributos estaduais, que é apenas aplicável à empresas que recolham esses tributos; 7. Tributos Federais (TF) – Porcentagem referente aos tributos federais: Programas de Integração Social (PIS) e Financiamento da Seguridade Social (Cofins), por exemplo; 8. Margem Bruta de Contribuição (MBC) ou Taxa de Lucro (TL) – É o valor correspondente ao lucro previsto para o projeto.

Podemos extrair essas informações do art. 9º do Decreto nº 7.983/2013, que trata das contratações de obras e serviços de engenharia no âmbito federal. No mesmo sentido é o que disciplina a Resolução 329/2019 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, vejamos:

*Art. 1º Esta resolução disciplina a metodologia para análise de preços nas fiscalizações de obras e serviços de engenharia dos jurisdicionados deste Tribunal de Contas.*

*Art. 4º O percentual de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI adotado por este Tribunal de Contas obedecerá às tabelas do anexo único, que integra esta Resolução.*

#### **ANEXO ÚNICO**

##### **Percentuais de BDI adotados**

O BDI (do inglês "Budget Difference Income", normalmente traduzido como "Bonificações e Despesas Indiretas") é um termo técnico usado no ramo da engenharia, especialmente da construção civil, para indicar, na formulação dos preços, o percentual que incide sobre os custos de uma obra ou serviço. O BDI abrange despesas diretas, indiretas e lucro correspondentes à execução de obra ou à prestação de serviço. Assim, a importância relativa ao BDI é acrescida ao custo direto de obra ou serviço.

2. Para obras de saneamento básico e demais obras: Para obras de saneamento básico e demais obras será adotada a tabela 1 (abaixo), baseada no "Estudo da Composição da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais nas Contratações de Obras Públicas" elaborado pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência – SECONT.

Tabela 1:



TAXA DE BDI PADRÃO APLICÁVEL				
COMPONENTES	1ª Faixa (até R\$330.000,00)	2ª Faixa (R\$330.000,00 a R\$3.300.000,00)	3ª Faixa (R\$3.300.000,00 a R\$20.000.000,00)	4ª Faixa (R\$20.000.000,00 em diante)
A - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5,59%	4,06%	3,26%	3,22%
B - ADM LOCAL	8,53%	8,19%	7,63%	6,58%
C - IMPOSTOS/ TRIBUTOS				
C1 - ISSQN	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
C2 - PIS	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%
C3 - COFINS	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
D - CUSTOS FINANCEIROS	0,61%	0,61%	0,61%	0,6%
E - RISCO, GARANTIAS E SEGUROS	0,50%	1,00%	1,50%	2,0%
F - LUCRO	9,00%	8,00%	7,00%	6,0%
TOTAL	34,53%	31,96%	29,93%	28,22%

5. Para todos os itens acima, o BDI adotado contempla os seguintes custos:

- Administração Central;
- Administração Local;
- Impostos e Tributos;
- Custos Financeiros;
- Risco, Garantias e Seguros;
- Lucro.

O Tribunal de Contas da União já estabeleceu entendimento no seu Manual de Obras Públicas sobre o BDI: “isto é, garantia, risco e seguros, despesas financeiras, administração central e tributos. Ela é um percentual que, aplicado sobre o custo da obra, eleva-o ao preço final dos serviços. Seu valor deve ser avaliado para cada caso específico, dado que seus componentes variam em função do local, tipo de obra e sua própria composição”.

Já no Acórdão nº 3.034/2014 do Plenário, o TCU definiu que: “Na composição do BDI de obras públicas devem ser considerados somente os custos alocados com base em critérios de rateio ou em estimativas ou aproximações, tais como: administração central, riscos, seguros, garantias e despesas financeiras, além da remuneração da empresa contratada e tributos incidentes sobre o faturamento.” (TCU, Acórdão nº 3.034/2014, Plenário.)

A súmula nº 258/2010 do TCU dispõe que: “as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que





*compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão 'verba' ou de unidades genéricas".*

Assim, existem dois tipos de custos, o direto e o indireto. Os custos diretos compreendem os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária. São apropriados de forma objetiva, por meio de alguma unidade de medida (quilogramas, horas de mão de obra, metros etc.).

Por sua vez, os custos indiretos e as despesas indiretas necessitam de algum critério de rateio para serem apropriadas pela empresa e não são passíveis de medição direta, pois não podem ser discriminados na planilha orçamentária. Assim, tais gastos costumam ser considerados apenas no processo de formação da taxa de benefícios e despesas indiretas a ser aplicada no orçamento da obra. Como exemplo de despesas indiretas, citam-se os gastos com a administração central da empresa.

O presente edital não disciplina sobre o BDI do serviço, não há NENHUMA INFORMAÇÃO neste sentido. Deste modo, temos que o presente edital não cumpre com as determinações da Súmula 258/2010 do TCU, assim como igualmente descumpre o art. 4º da Resolução 329/2019 do TCEES.

**O edital exige da empresa a inclusão do BDI nos preços ofertados, mas não delimita os percentuais, e da Planilha Referencial de Preços de Projetos, anexo deste edital, não há indicação do percentual de BDI utilizado. Vejamos o que regulamenta superficialmente o edital:**

**VII - DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 02**  
(...)

**7.1.4.1. Constar o preço de cada item e ainda o preço total, incluindo ainda o BDI - Benefícios e Despesas Indiretas - devendo computar todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços;**



O item 31.5 e seguintes especifica os serviços a serem executados pela empresa, mas isso na fase de contratação finalizada, ou seja, a empresa vencedora desta licitação, uma vez contratada, deverá seguir os parâmetros então definidos, e aqui há clara indicação sobre a forma que a empresa contratada deverá realizar o BDI nos projetos para a Contratante. No presente caso, o questionamento recai sobre o BDI desta contratação, dos valores vinculados a este objeto licitado, e não sobre a forma de execução e formulação dos projetos futuros que a então contratada terá que desenvolver.

O edital não faz incidir o percentual do BDI e nem mesmo traz a sua composição. A ausência do BDI é, na verdade, excluir as despesas indiretas que recairão sobre a execução do serviço, valores estes, inclusive, o do ISS da empresa devido ao Município. O lucro também está inserido dentro da composição do BDI e, conforme dispõe o art. 44, §3º:

*Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.*

*(...)*

*§3º. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.*

Para o presente objeto licitado (serviço de engenharia) faz-se obrigatória a incidência do BDI, e sua composição deve estar disponível no edital, assim como seu percentual deve vir destacado e identificado dentro da planilha de formação de preços.

Assim, esperamos e confiamos na RETIFICAÇÃO do correlato edital para que este se torne plenamente legal, sem restrições injustificáveis, de ampla competitividade e plenamente claro, de modo que as empresas licitantes possam formular suas propostas nos exatos termos que pretende a Administração frente a objetiva forma de execução contratual, tudo em





**conformidade com os preços de mercado e já inclusas todas as despesas diretas e/ou indiretas.**

#### **2.4. Da Ausência de Planilha de Formação de Preços**

**Por força do Art. 7ª, §2ª, II da Lei n.º 8.666/93, é imperiosa a existência de um orçamento detalhado por meio de planilhas onde haja a discriminação dos custos unitários de cada serviço ou material que componha o objeto licitado.**

Isso porque, todas as licitantes, ao apresentarem suas propostas em um certame licitatório, devem instruí-la com uma planilha que possibilite à Administração Pública obter a composição detalhada da proposta ofertada, permitindo, deste modo, a aferição da exequibilidade da proposta ofertada, por meio da comparação dos valores dos itens que a compõe com os praticados no mercado.

Registre-se que a Planilha de Custos e Formação de Preços é item fundamental para o auxílio nas futuras repactuações de preços, as quais visam à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo encetado pelas partes.

Nesta esteira, temos que a planilha de custos se apresenta como mero referencial dos custos efetivamente suportados pela empresa contratada. Em Face de tais fatos, podemos concluir que a planilha tem como principal função:

- 1 - permitir à Administração conhecer a composição do preço do licitante, de modo a facilitar a identificação dos preços que se apresentem, eventualmente, inexequíveis;*
- 2 - auxiliar no processo de repactuação, permitindo a aferição de eventuais fatores de elevação ou não de custos e;*
- 3 - facilitar a glosa relativa aos serviços não executados.*

Vivemos em uma sociedade capitalista, onde os custos de mão-de-obra são ditados pelas condições de mercado, que podem variar, ao longo do tempo, em função dos níveis de oferta e procura desse componente de custo. Além disso, em situações da espécie, a empresa fica sujeito à sazonalidade da



necessidade de mão-de-obra, que pode variar em termos quantitativos e qualificativos, durante a execução dos serviços contratados; e, bem assim, às inovações tecnológicas, em geral tendentes a proporcionar dispensa de mão-de-obra. (Ação Declaratória. Processo n.º 0010476-42.2008.4.03.6000)

A determinação do preço total de um serviço – o preço de venda – passa antes pela determinação de seu custo total. O preço de venda é o valor formado pelo custo total necessário para execução do objeto acrescido de impostos e lucro. O custo total, por sua vez, é composto pelos custos diretos e indiretos.

Os custos diretos são aqueles ligados à execução efetiva do objeto, são os gastos com material, mão de obra e equipamentos, itens diretamente necessários à produção da obra/serviço. Os custos indiretos são despesas referentes aos serviços de apoio à produção, mas que devem ser previstas para que a execução do contrato aconteça.

Os serviços que integram os custos diretos da obra/serviço são determinados pelas Composições de Custos Unitários, as quais são formadas pela atribuição do consumo e do valor dos insumos (material, mão de obra e equipamentos) necessários à execução de uma unidade do serviço.

Os órgãos e entidades da administração pública estão legalmente obrigadas a elaborar seus orçamentos com Composições de Custos Unitários obtidas ou baseadas em Referenciais de custo, que são tabelas elaboradas por órgãos públicos ou instituições privadas tecnicamente especializadas.

No âmbito das obras e serviços de engenharia do Estado do Espírito Santo, deve-se seguir a orientação da Resolução 329/2019 do TCEES, já citada anteriormente.

**Sendo assim, faz-se primordial que a Administração disponibilize a planilha de custos e formação de preços. Primeiro porque é exigência legal, e segundo porque somente assim será possível a verificação eficaz da exequibilidade das propostas apresentadas, seja por parte da Administração Municipal, seja por parte das licitantes participantes.**

## **2.5. Da Falta de Critério para Aceitabilidade das Propostas**





Um dos problemas que atinge a grande parcela das empresas que se vislumbram vencedoras da fase de lances é a questão da inexequibilidade de seus preços. Comumente, ocorre dos licitantes, no anseio de se tornarem vencedores da disputa, ofertam preços muitos baixos, porém, não compete inicialmente ao Presidente da CPL e Pregoeiro fazer o juízo de admissibilidade dos mesmos, ou seja, ele não pode manifestar-se no sentido da inexequibilidade de determinado lance, conforme inclina-se Marçal Justen Filho. O correto é justamente a impetração de razões de recurso e contrarrazões de recurso, para que a CPL, Pregoeiro e/ou Executivo Municipal possam avaliar a situação e, com base em todos os fundamentos, decidir a lide.

Para a apuração da inexequibilidade devem ser observados alguns pontos: o primeiro é que o edital deve trazer um ORÇAMENTO DETALHADO – planilha de composição de custos unitários (art. 40, §2º, II c/c art. 47, ambos da Lei 8.666/93). Esse é o primeiro passo.

Para formulá-lo a Administração deve conhecer o mercado, as características do produto/serviço e a composição dos custos, de maneira a traçar um parâmetro para a verificação da inexequibilidade. Contudo, não há um parâmetro certo e imutável, a cada caso o limite terá que ser adequado.

Então, quando uma determinada proposta for inferior ao limite fixado pela Administração, isso pode caracterizar indício de inexequibilidade. Uma diferença muito significativa entre o valor estimado e o valor proposto obriga a Administração a exigir comprovação da viabilidade da proposta.

Então, a inexequibilidade deve ser apurada em cada caso, observando-se a planilha de formação de preços do licitante vencedor, demonstrativos que evidenciem a possibilidade do cumprimento da proposta, assim como demais elementos.

Por força de dispositivo legal, então, admite-se que a Administração tem o poder-dever de, verificada a inexequibilidade do preço ofertado por determinado licitante, promover sua desclassificação, declarando vencedora a proposta classificada em segundo lugar (Lei nº 8.666/93, inciso IV, artigo 43).

*“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:  
(...)”*



*IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis”.*

Na mesma linha, o §3º do artigo 44 da Lei nº 8.666/93 enuncia: “Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos (...)”.

E, ainda, em complemento, o inciso II do artigo 48, também da Lei nº 8.666/93 determina:

*“Art. 48. Serão desclassificadas:*

*(...)*

*II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.*

Não bastassem todas as disposições ora mencionadas, a Lei nº 8.666/93 oferece um critério relativo para se aferir a inexequibilidade das propostas. A aplicação da fórmula apresenta a Administração uma presunção de que o preço ofertado é inexequível. Como presunção, admite-se prova em contrário, o que denota a necessidade de se outorgar ao particular a possibilidade de que ele comprove a exequibilidade de seus preços. Vejamos:

*“Art. 48.*

*(...)*

*§1º. Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:*





- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
- b) valor orçado pela administração”.

Em termos bastante objetivos, os Tribunais tem recomendado que seja adotado o seguinte procedimento: 1) antes de desclassificar a proposta, a Administração, invocando o §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, deve conferir oportunidade para que o licitante comprove sua viabilidade, estipulando prazo para apresentação de justificativas; 2) se o licitante não apresenta documentos que desnudem seus custos - a fim de comprovar que ele, mesmo com preço reduzido, ainda obtém vantagem, ou apresenta documentos não convincentes, a Administração declara inexecutável a proposta; 3) a seguir, examina as ofertas subsequentes e a classificação dos licitantes, até a apuração de uma oferta que atenda ao edital, declarando o licitante vencedor; 4) a partir daí, o rito procedimental toma seu curso regular.

Aqui frisamos novamente a importância da Planilha de Formação de Preços e Detalhamento do BDI.

Apenas para ratificar tudo até aqui alegado, citamos trecho do Acórdão nº 428/2010-1ª Câmara, TC-026.770/2008-3, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues de 02.02.2010:

*“Pregão para prestação de serviços de apoio: 1 - Proposta com preço inexecutável. Em representação oferecida ao TCU, a empresa Tech Mix atacou o julgamento proferido no Pregão Eletrônico nº 006/2008, realizado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e que tinha por objeto a prestação de serviços de apoio administrativo e operacional. Contra a decisão do pregoeiro que considerou a representante vencedora do certame, com proposta de R\$164.673,41/mês, foram apresentados recursos por outros licitantes, alegando inexecutabilidade e descumprimento do edital. A fim de subsidiar o exame das contra razões apresentadas pela recorrida junto ao Embratur, foi solicitado parecer da Divisão de Contabilidade (Dicont), que se manifestou pela inexecutabilidade do valor ofertado. A conclusão decorreu da verificação de que a proposta da vencedora era inferior a R\$168.316,10/mês, que corresponderia ao valor de remunerações e encargos constantes da proposta, acrescido ao de tributos. Com base na planilha da Dicont, o pregoeiro recusou a proposta da*





*Tech Mix, tendo sido o objeto do certame adjudicado a outra empresa. Em seu voto, considerou o relator válido o procedimento adotado pela área contábil do Embratur para verificar a exequibilidade de proposta. Para ele, 'não é exequível proposta com margem insuficiente para, após a retenção de tributos pela Administração, fazer frente às remunerações e encargos informados pelo licitante'. Ao final, entendeu o relator ter sido correta a recusa da proposta da Tech Mix e, por consequência, improcedente a representação, no que foi acompanhado pelos seus pares.*

TJ-ES - Agravo Regimental Mandado de Segurança. AGR 100080026485 ES 100080026485 (TJ-ES). Data de publicação: 09/12/2008

*Ementa: ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREÇO INEXEQUÍVEL. AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS. RECURSO NAO PROVIDO. 1. Prescreve o art. 48 da Lei 8.666 /93 [...] que serão desclassificadas as propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (RMS 17658/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/09/2006, DJ 28/09/2006 p. 188) 2. Assim sendo, a presunção estabelecida no art. 48, II, §1º, letras 'a' e 'b' da Lei 8666 /93 é relativa, admitindo prova em contrário. 3. Recurso não provido.*

As decisões de desclassificações devem estar, sempre, nutridas de fundamentos jurídicos e de motivação suficiente, sob pena de se vulnerar o disposto no inciso IX e X da Constituição Federal. Ausentes tais requisitos, a decisão administrativa merece ser anulada por ferir os princípios constitucionais da ampla defesa (art. 5º – LV) e da legalidade (art. 37, caput).

A este respeito oportunos são os seguintes ensinamentos do mestre MARÇAL JUSTEN:

*“Ausência de fundamentação torna a decisão de desclassificação mais vulnerável quando não se reportar à desconformidade com dados previstos no ato convocatório. Isso se passa quando a desclassificação se fundamentar na inexecutabilidade da proposta ou na excessividade do preço. Como qualquer outra decisão, a desclassificação por insuficiência de preço deverá ser fundamentada, assim*





como a sua aceitação. Em hipóteses de inexecutabilidade, a fundamentação deverá ser minuciosa, alicerçada em fatos e evidências concretamente levantados e apontados. A desclassificação da proposta por irrisoriedade de preço depende da evidenciação da inviabilidade de sua execução, tendo em vista a compatibilidade entre os custos reconhecidos pelo licitante e aqueles praticados no mercado. Também deverá ser examinado se o coeficiente de produtividade previsto na proposta (ainda que implicitamente) é adequado aos termos previstos para a execução do contrato. A decisão que não contenha a informação concreta em que se fundamenta é não motivada e arbitrária. Não há diferença entre decisão que se fundamenta no simples arbítrio do julgador e aquela que se reporta a dispositivos legais ou do edital (sem indicação dos pressupostos fáticos que autorizam a subsunção do caso concreto ao preceito normativo)." Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8a.ed. Ed. Dialética. São Paulo: 2000, p. 452.

No caso, é necessário examinar a regra estabelecida na alínea "a" do art. 48, II, §1º, no qual exige-se para o fim, que faça-se uma média aritmética das propostas ofertadas para achar o coeficiente. Não interessa determinar se a proposta é ou não exequível, mas estabelecer padrões aritméticos para sua determinação. "Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa, a questão é de fato e não de direito" (Marçal J. Filho).

Parafraseando Marçal Justen, não se admite que a Administração pura e simplesmente afirme que o preço está exequível "sem indicar o parâmetro que autoriza tal conclusão, de molde a permitir o controle da fundamentação adotada".

**Sendo assim, não prevendo o Edital o que seria preço inexecutável, será permitido ao administrador criar fórmulas ou adotar interpretações, atentando para os preços praticados no mercado local, especialmente na sede de cada licitante, com aquisições de valores menores.**

**Ainda neste diapasão, o julgamento das propostas segue o princípio do julgamento objetivo, que decorre diretamente do princípio da legalidade, consistindo no fato de que o "julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital" (Direito administrativo. 12 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000, p. 300), critérios estes objetivos e previamente**





**estabelecidos (art. 45, da Lei de Licitações), de modo a não favorecer ou prejudicar qualquer dos concorrentes.**

Desse entendimento deriva ainda o princípio da impessoalidade, pelo qual a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento.

**Desta forma, tem-se que a Administração pública, para melhor garantir a lisura e legalidade de todo o procedimento licitatório, tem que valer-se de critérios estabelecidos no instrumento convocatório e na legislação específica, dando prévia ciência aos interessados das condições e exigências que regerão todo o certame, estipulações estas que devem ser obedecidas tanto pelos convocados quanto pela Administração Pública.**

A ofensa a qualquer uma dessas diretrizes poderia ocasionar o favorecimento de um ou de alguns dos licitantes em detrimento dos demais, ou beneficiar somente ao próprio ente público que promove o certame, com ferimento aos princípios que devem sempre estar presentes em atos praticados pela Administração Pública (moralidade, impessoalidade, legalidade (previstos no art. 37, caput, da CF/88) dentre outros.

**Não resta dúvida que a falta de critérios para aceitabilidade da proposta poderá acarretar prejuízos à Administração. Isso porque baixíssimos preços podem estar atrelados a inadimplência fiscal e má qualidade de serviços e produtos. Preço baixo não é sinônimo de irregularidade, é bem verdade, mas a Administração deve se resguardar e se cercar de todos os possíveis indícios de mal versação dos recursos públicos. Deste modo, trará segurança as empresas que estão adimplentes e cumprem com todas as imposições legais.**

Diante do que aqui se expôs, temos que o presente edital **NÃO** disciplina sobre as regras de aceitabilidade das propostas e tal fato poderá comprometer, substancialmente, a execução prática e regular do contrato. Além de inviabilizar a aferição, por parte das licitantes, quanto a exequibilidade de suas propostas concorrentes.

**A Administração corre o sério risco de contratar uma empresa baseada apenas no menor preço, sem se ater nas implicações que este menor**





preço poderá trazer durante a execução contratual e, por isso, faz **PRIMORDIAL** que o Município discipline os critérios de aceitabilidade das propostas, de modo a reduzir riscos de inadimplências, baixa qualidade do serviço, aferição do cumprimento de todas as condições/imposições contratuais e responsabilizações diversas.

### 3. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, pleiteamos o que se segue:

- A)** que a presente Impugnação seja ACEITA e ACOLHIDA, por ser TOTALMENTE LEGAL E TEMPESTIVA e, em fase de análise de mérito, a **MODIFICAÇÃO DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2022** nos moldes em que a empresa aqui Impugnante pleiteia e aponta, não obstante a necessidade de esclarecimentos e motivação (justificativa técnica e legal) em seu não atendimento;
- B)** que o procedimento seja cumprindo nos termos e prazos estipulados pela Lei 8.666/93, especialmente no que concerne a **SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO**, visto a complexidade e importância do conteúdo desta Impugnação e a proximidade da sessão de abertura do certame, sem se esquecer da possibilidade concedida através do art. 113 da Lei 8.666/93;
- C)** que em cumprimento ao que possibilita o art. 43, §3º da Lei 8.666/93, seja realizada diligência junto ao Setor Técnico desta Prefeitura, através de profissional habilitado na área de engenharia ou correlata, para análise e emissão de parecer escrito e fundamentado das questões técnicas pertinentes e afins aqui Impugnadas e/ou questionadas, de modo a embasar a decisão da Pregoeira, Procuradoria e Executivo Municipal; e
- D)** que seja prolatado parecer jurídico conjuntamente com as decisões proferidas em sede de Impugnação.

Nestes Termos,

Rua José de Oliveira Borges, nº 40, Sala 15, Centro  
Bom Jesus do Itabapoana-RJ

CNPJ: 26.717.532/0001-38



**PÓRTICO**  
ENGENHARIA & CONSULTORIA



Pede e Espera  
Deferimento

Bom Jesus do Itabapoana/RJ, 25 de janeiro de 2023.

RAPHAEL DA COSTA  
ARAUJO:11215480750

Assinado de forma digital por RAPHAEL DA  
COSTA ARAUJO:11215480750  
Dados: 2023.01.26 09:39:22 -03'00'

**Raphael da Costa Araujo**  
Sócio-administrador

RG 20.157.685-7 e CPF 112.154.807-50





PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPÉ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
REMESSA

Remeto este(s) auto(s) a:

Exatidão

Em: 30/01/23

Ruyane  
Setor de Protocolo